

Considerações sobre a memória no discurso jornalístico: os dez anos de Eldorado de Carajás

Thaís Harumi Manfré Yado¹

Lucília Maria Sousa Romão²

Resumo: Esse trabalho busca discutir o conceito de memória presente em diferentes áreas do conhecimento, como por exemplo, na História, na Filosofia, na Ciência da Informação, na área de Tecnologia de Informação, entre outras. Além de apresentar este conceito também dentro do campo da teoria de Análise do Discurso (AD) de matriz francesa, em cujo escopo a memória discursiva tem relevância e destaque. Buscamos investigar como a memória discursiva sustenta as redes de filiação histórica dos sentidos e o processo de produção da significação, fazendo falar modos de dizer e representar o mesmo fato de/por diferentes dizeres que, pelo efeito ideológico de evidência, são tidos como naturais e evidentes.

Palavras-chave: memória, memória discursiva.

Abstract: That work search to discuss the concept of present memory in different areas of the knowledge, as for instance, in the History, in the Philosophy, in the Science of the Information, in the area of Technology of Information, among others. Besides presenting this concept also inside of the field of the theory of Analysis of the Discourse (AD) of French head office, in whose mark the discursive memory has relevance and prominence. We looked for to investigate as the discursive memory sustains the nets of historical filiation of the senses and the process of production of the significance, making to speak manners of to say and to represent the same fact of/for different sayings that, for the ideological effect of evidence, they are had as natural and evident.

Word-key: memory, memory discursive.

1. Introdução

“Quando os homens forem capazes de percorrer todos os registros da memória e ordená-los, deixarão de falar de falsas memórias, embora seja bem possível que então se defendam dessa capacidade memorizante total, cultivando falsos esquecimentos.” - José Saramago. Viagem a Portugal

¹ Discente do curso de Ciências da Informação e da Documentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). Bolsista Iniciação Científica FAPESP (processo 07/51254-1).

² Profa. Dra. do Curso de Ciências da Informação e da Documentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP).

Por meio desse trabalho, visamos percorrer alguns modos de discursivizar a memória em diferentes campos científicos, rastreando como essa palavra assume diferentes conceitos e enquadramentos teóricos; depois, apresentaremos o conceito de memória discursiva tal como Pêcheux (1999) propõe. Assim, nosso trabalho é de natureza teórica e construído pela revisão de bibliografia, marcado pelo desejo de sistematizar considerações sobre a memória discursiva ou interdiscurso, que sustenta toda a possibilidade de dizer e de o sujeito enunciar, promovendo o retorno e a atualização do já-lá, e, ao mesmo tempo, deslocamentos e rupturas.

2. Memória oral e escrita: considerações iniciais

“Descobriria também que o homem não trazia nada anotado, suas transações eram feitas sob a palavra e registradas apenas na memória. Livro? Invenção estrangeira para complicar as coisas.” – Érico Veríssimo. O tempo e o vento.

A arte da memória representa a capacidade humana de atualização com o seu passado, através das retenções que foram feitas ao longo do tempo, é o registro da presentificação para que se torne uma lembrança. Assim, a lembrança nos permite “conservar aquilo que se foi e não retornará jamais” (CHAUÍ, 1997: 125), tal retorno temporal é chamado de introspecção e seu objetivo é relembrar fatos registrados ou relatados de outro ponto de vista. Além dessa introspecção pessoal, há também a introspecção interior à memória, neste caso, esta tem que ser relacionada a fatores sociais ou coletivos para a sua compreensão, como por exemplo, os relatos da História de uma sociedade. Desde a sociedade oral, a memória apresentava-se como sendo preservativa e natural, efêmera, imediata e não mediata; nesta sociedade a memória representava um papel ainda muito incipiente, trazendo somente a idéia de lembrança a fatos passados. Neste período, cada indivíduo era tido concomitantemente como suporte e sujeito de memória, como disse Lévy (*apud* MONTEIRO, CARELLI, PICKLER, 2006: 116), “quando um ancião morre, é uma biblioteca que se queima”.

Na Grécia antiga – considerada o berço da arte mnemônica, através da deusa Mnemosyne: representante divina na arte da memória e teve nove filhas (musas) junto com Zeus, são elas: a poesia épica, a história, a poesia lírica, a música, a tragédia, a música cerimonial (sacra), a comédia, a dança e a astronomia (CHAUÍ, 1997). Tais divindades

protegiam as Artes e a História e representavam a engenhosidade presente na imaginação humana, assim, as musas possuíam o papel de trazer a verdade. Por isso, os autores da época colocavam suas obras sobre a proteção das musas para corroborar a idéia de que eles levavam a verdade aos homens. A partir desse momento, a memória passou a ser relacionada com a utilização da linguagem, primeiramente, presente na eloquência ou na oratória. Assim, o ensino e o aprendizado da “arte da memória” tornam-se indefectíveis. Como podemos ver no exemplo da lenda de Simônides, poeta que apresentou um poema ao rei de Céos em um banquete.

Há muito tempo, um poeta ocidental, o nobre Xi-mo-ni-de, reuniu-se com seus parentes e amigos numa festa no palácio, em meio a uma multidão de convidados. Quando saiu por um momento da multidão, para passear lá fora, o grande salão se desmoronou com um fortíssimo vento súbito. Todos os outros participantes foram esmagados pela morte, seus corpos ficaram dilacerados e desfigurados, e nem suas próprias famílias puderam reconhecê-los. Xi-mo-ni-de, porém, conseguiu se lembrar da ordem exata em que estavam sentados seus parentes e amigos, e quando ele os recordou um por um, seus corpos puderam ser identificados. Aí podemos ver o nascimento do método mnemônico que foi transmitido às épocas posteriores. (RICCI *apud* SPENDE, 1986: 20-21)

A partir do momento em que Simônides lembra o lugar em que todos os convidados encontravam-se e as roupas que utilizam, a memória passa a ser vista como um palácio que permite o armazenamento de diversas imagens e palavras, presentes em peças teatrais, discursos e poesias. Nasce, então, o conceito de memória artificial, aquela presente nos computadores. Posteriormente, com o desenvolvimento da sociedade impressa e alfabetizada, surge a memória que pode ser difundida através de relatos históricos, que passam a serem arquivados, ou seja, a memória passa a ser entendida como um processo de externalização, com a capacidade de armazenamento através de registros (fixação da palavra escrita por meio da materialidade de um objeto – primeiro as placas de barro, depois as placas de cera, os códices e posteriormente o livro como conhecemos). (CHARTIER, 1998). Consequentemente, a materialização da memória, através dos registros escritos, extingue o caráter potencial presente nas sociedades orais, qual seja, a fluidez, o coletivo, o ritmado, as expressões corporais, a instituição da imaginação e da inteligência, uma vez que a aquisição do conhecimento passa a ser individualizada. Assim, a escrita que deveria ser um auxílio à memória humana impõe-se como um modelo, causando uma transformação na relação entre o homem, a linguagem e o seu passado.

Dessa forma, observamos que em diferentes sociedades (atuais ou não), a memória é vista de maneiras distintas, o mesmo acontece com a sua valorização e desvalorização.

Hoje, com o advento das diversas mídias que temos acesso (microfilmes, fitas cassetes, DVD-Rom, CD-Rom, negativos, computadores, vídeos, livros, etc.) e de instituições responsáveis por sua preservação (bibliotecas, centros de documentação, arquivos e museus), há um processo de intensa desvalorização da memória oral (MONTEIRO, CARELLI, PICKLER, 2006), porque não temos a urgência de mobilizá-la para reter informações, visto que as máquinas são tidas como modernas e super potentes. No entanto, destacamos que, ao lado da valorização da memória, temos o avesso desse processo, o que pode ser pontuado pela quantidade excessiva de dados, informações, relatos etc e pelo efeito descartável de muitos dele. A circulação e difusão de diária de avalanches de diferentes portadores de textos promove um deslocamento dos sentidos de memória como algo durável e guardado ou pela oralidade ou pela escrita, tal como vimos anteriormente, para um campo em que emergem o volátil, o efêmero, o momentâneo, aquilo que cai no esquecimento antes mesmo de ser guardado.

3. Diferentes sentidos de/para memória

“As guerras não têm memória e ninguém se atreve a compreendê-las até não haver vozes para contar o que aconteceu, até chegar o momento em que já ninguém as reconhece e regressam, com outra cara e outro nome, para devorar o que deixaram atrás.” Carlos Ruiz Zafn. A sombra do vento

A(s) arte(s) e os sentidos de memória abrangem multiplicidade e dispersão de conceitos, o que nos leva a considerar esse termo bastante mobilizado por campos diversos do conhecimento. Chauí (1997: 129), por exemplo, divide a memória em seis grandes tipos, o primeiro é denominado de memória perceptiva, indispensável ao nosso cotidiano, pois ele possibilita o reconhecimento de pessoas, lugares, coisas; o segundo diz respeito à memória como hábito, o que consiste no ato de repetição de gestos ou palavras, até que estes sejam gravados de forma deliberada ou voluntária. A autora tipifica ainda a memória-fluxo-de-duração como a possibilidade de rememorar lembrança das coisas cujo significado seja importante para nós.

Deslocando-se desse enfoque centrado no indivíduo, Chauí (1997) destaca também a memória social ou histórica constituída por mitos, lendas, relatos, documentos, monumentos, datas, nome das pessoas etc que são significativos para uma determinada

coletividade e que criam uma identidade partilhada pela convivência na ordem da cultura, ou seja, há também uma memória que sustenta a vida em grupo. Outra memória é definida como biológica e tem relação com a espécie, o que implica a codificação genética presente nos seres vivos, tal código permite a multiplicação dos mesmos. Por fim, destaca a memória artificial das máquinas cuja estrutura é baseada no cérebro humano e cuja representação é a técnica. Enfim, temos aqui uma tipificação de memória, o que implica uma tentativa de ordenação de categorias para o tema e formas de normatizar o seu uso a partir das funções da memória.

Em outras áreas do conhecimento, a memória é tida como objeto de estudo, como no caso da Filosofia, e pode ser compreendida a partir de duas condições básicas. A primeira condição diz respeito à conservação de conhecimentos passados metaforicamente para a escrita e também à possibilidade de recordação (evocação do conhecimento passado – metaforicamente reler o que foi escrito). Na visão de Platão, a retenção de conhecimento é representada por possuir um aviário, já o conceito de recordação é como se estivesse com um pássaro nas mãos.

A memória possui um conceito um pouco mais extenso, com três sentidos básicos: primeiro um sentido mais restrito, que demonstra a capacidade dos seres vivos de armazenagem de informações referentes ao meio em que vivem, podendo assim alterar algumas condutas de comportamento; um segundo sentido mais amplo, seriam os traços e marcas deixadas (fósseis, resíduos) e também memórias como a genética, a imunológica; num terceiro sentido, seria a memória sintetizada pelo homem – também conhecida como memória artificial. (MONTEIRO, CARELLI, PICKLER, 2006: 115)

Já na área de Ciência da Informação, o significante memória possui vários conceitos distintos. Por exemplo, na visão de Buckland (1991), memória é tida como um conjunto de informações registradas³, ou seja, diz respeito à materialidade presente em documentos e tem sua representação marcada pela possibilidade de recuperação e consulta. Na concepção de Marteleto (*apud* FREIRE, 2002), memória é fator social interligado à cultura e sua socialização.

Trabalhando com informação na perspectiva da cultura, Marteleto entende que cultura e informação ‘são conceitos fenômenos interligados pela sua própria natureza’. A cultura funcionaria como uma memória que ao conservar e reproduzir artefatos simbólicos e materiais de geração em geração, torna-se a depositária da informação social. Neste sentido, “torna-se o primeiro momento de construção conceitual da

³ O conceito de informação registrada apresentado por Buckland (1991), é atribuível a objetos, dados e documentos, que são considerados informativos, com a função de comunicarem informação e conhecimento.

informação, como artefato, ou como processo que alimenta as maneiras próprias do ser, representar e estar em sociedade”. Dessa forma, a socialização da cultura (linguagem, estética, visão de mundo, valores, costumes) assume papel relevante para a democratização do acesso e uso da informação. Numa leitura antropológica da informação, seu processo de construção como objeto de estudo só se complementa quando se levam em conta, concretamente, as estruturas materiais e simbólicas de um dado universo cultural e as relações práticas e representações dos sujeitos, cada vez mais mediadas por um modo informacional e competente de ser e estar em sociedade. Desse modo, podemos dizer que à medida que a informação adquire relevância para a produção social, cresce a responsabilidade social do campo científico dedicado ao seu estudo, organização e transferência. (FREIRE, 2002: 59)

Se tomarmos o Glossário de Ciência da Informação, encontramos a conceituação restrita de memória ligada a mídias e a tecnologias de inteligência.

É um conglomerado de redes em escala mundial de milhões de computadores interligados pelo Protocolo de Internet que permite o acesso a informações e todo tipo de transferência de dados. [WIKIPÉDIA]⁴

Pode ser definida como um conjunto de todas as atividades e soluções providas por recursos de computação. [INFOWESTER]

É um termo genérico usado para designar as partes do computador ou dos dispositivos periféricos onde os dados e programas são armazenados. Sem uma memória de onde os processadores podem ler e escrever informações, não haveria nenhum computador digital de programa armazenado. [IME USP]

"O conceito básico da memória é onde os dados são carregados e processados." [GOV.]

Interpretando tais definições, observamos que o termo memória está relacionado a processos de processamento de informação usando o computador e a tecnologia como instrumento para armazenagem de dados, estocagem de informação e transferência dos mesmos. Pela inscrição histórica dos sentidos de globalização da informação e do boom das tecnologias de inteligência, esse sentido parece estar naturalizado de maneira irrefutável como sendo possível a todos os sujeitos de maneira homogênea, o que para nós é um modo de a ideologia fazer o seu trabalho de apagamento de outros modos de dizer. Ainda sobre a memória tratada no âmbito da informática, temos a seguinte possibilidade de definição.

⁴ Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Malandragem>. Acesso em: 15 de julho de 2008.

A lousa mágica de Freud, com sua camada de cera, a folha de papel encerado e a capa de celulóide, é uma variação da metáfora da escrita, da mesma forma que o termo “engrama”, que se refere ao vestígio da memória, também se refere à escrita. Na descrição das memórias de computador, trabalhando-se com fitas magnéticas, utilizam-se muito as metáforas da escrita. As memórias de computador, segundo Bolter, são “blocos de anotações totalmente automáticos sobre os quais o processador grava mensagens eletrônicas e, mais tarde, volta a lê-las”. Para serem armazenados na memória do computador, é preciso primeiro “ler” os dados e, ao reproduzi-los, “repeti-los”. Armazenar novas informações no lugar ocupado por informações antigas chama-se “sobregravar”. É preciso que os dados sejam “legíveis pela máquina”. É possível “copiar” no disco rígido as informações da memória de reserva, mesmo que as informações nada tenham a ver com texto e as operações do computador pouco tenham a ver com a leitura. Por conseguinte, o duplo sentido da memória é preservado na memória artificial mais avançada que possuímos atualmente. (DRAAISMA, 2005: 79-80)

Outro estudioso que se debruçou sobre os estudos na memória virtual foi Lévy (1998 *apud* MONTEIRO, CARELLI, PICKLER, 2006), estabelecendo uma relação com as redes de comunicação e as memórias virtuais, que representam a continuação de todas as memórias do planeta. Nas palavras de Bérghson (1993 *apud* MONTEIRO, CARELLI, PICKLER, 2006), “*as possibilidades materiais de armazenamento nunca foram tão grandes, mas não é a preocupação com o estoque ou a conservação que impulsiona a informatização*”. Dentro da área da Ciência da Informação, vemos especificamente que esses sentidos de acesso, fluxo e transferência de informações são bastante caros. Juntamente com eles, o trabalho com a memória, nessa área, está ligado tanto à preservação quanto ao descarte de dados. Assim, Alonso (1988: 193), afirma que

deve-se assegurar que exista pelo menos uma instituição (nível estadual ou federal) onde a produção bibliográfica sobre o assunto descartado seja guardada, garantindo assim a preservação da memória, como, por exemplo, em bibliotecas nacionais e/ou grandes bibliotecas de pesquisa. A mesma preocupação deve estar presente quando o material produzido pela instituição à qual pertence a biblioteca que está efetuando descarte em sua coleção (memória local).

Encontramos presente o conceito de memória nos estudos de documentos audiovisuais, principalmente quando se trata de acervos fotográficos, que atuam com grande intensidade em setores educacionais e culturais, estabelecendo um vínculo entre as noções de tempo e memória. Com a digitalização dos acervos, que possibilita uma proliferação sem controle, temos a disseminação de dados imagéticos a grande número de sujeitos-leitores e isso implica considerarmos diferentes gestos de leitura e interpretação, uma vez que a análise documental já não pertence mais ao seu contexto original, tampouco

a instituição (ou voz institucional) que a veiculou, mas implica a compreensão do discurso, ou seja, dos modos de significar os objetos discursivos que sempre podem ser variados.

Contemplando uma fotografia, em um primeiro momento é o silêncio que parece nos interrogar, permitindo-nos maior atenção ao que estamos fazendo ou olhando. Haertel (1990) tece considerações acerca da percepção humana, reportando-se à noção de silêncio. Quando prestamos atenção em algo, uma atenuação da consciência de todas as outras percepções sensoriais se processa. No entanto, à medida que voltamos a fixar o nosso olhar no mesmo objeto, outras inferências perceptivas, advindas da memória de nossos outros sentidos, podem transformar, significativamente, a impressão daquilo que vemos. (SILVA, 2006: 196)

Até aqui apresentamos diferentes formulações científicas sobre o significante memória, marcando como elas remetem a um conjunto de dizeres e sentidos estabilizados como evidentes pelo trabalho da ideologia, fazendo parecer verdadeiro discursivizar de um modo e não de outro. Também anotamos como os sentidos de memória são polissêmicos e estão entremeados a diversos campos do saber, quais sejam, os estudos da história, biologia, cognição, aprendizagem, informática, tecnologia, documentação e informação. Na sequência, apresentaremos o conceito de memória discursiva que, para nós, promove um rompimento necessário em relação aos estudos até aqui nomeados.

4. A memória na perspectiva discursiva

“Muito melhor que a memória verdadeira, porque esta, quicá a preço de duro exercício, aprende a lembrar mas não a esquecer.”
Umberto Eco. O pêndulo de Foucault

Fundada por Pêcheux no fim da década de 60, a Análise do Discurso de matriz francesa (doravante AD) coloca no centro da teoria a noção de discurso definido como efeito de sentidos entre interlocutores. Isso marca um outro modo de entender a linguagem, qual seja, aquele em que o sentido está permanentemente em jogo, aberto a sofrer aos movimentos do político, afetado pelas condições de produção e pelo modo como a ideologia assalta o sujeito. Esse quadro teórico passa a investigar a espessura dos processos de produção dos sentidos, escutando o modo como eles retornam, são repetidos, deslocados e rompidos no momento em que o sujeito enuncia. Enfim, falar de discurso reclama a consideração de que há sempre uma memória discursiva sustentando a possibilidade de dizer, isto é, de que as palavras são tatuadas pelo modo como já foram

usadas em outros contextos sociais. Assim, uma seqüência lingüística “deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas (...)” (PÊCHEUX, 1999: 50).

Guiando-se por esse mesmo caminho Maingueneau (1989 *apud* LUCAS, 2003: 226) defini interdiscurso como sendo “um processo de reconfiguração incessante”, e é por esse incessante processo que a formação discursiva é levada e incorporada aos elementos pré-construídos; dessa maneira, os elementos necessários às repetições cotidianas são organizados, porém, eventualmente podem provocar apagamento, esquecimento ou até mesmo negação de determinados elementos. Ou seja, a memória discursiva implica a percepção do já-dito como condição da linguagem, fato este que não percebemos cotidianamente, já que os sentidos que utilizamos estão sempre carregados de diversos outros significados constituídos anteriormente que traçam “um percurso escrito discursivamente em outro lugar” (PÊCHEUX, 1999).

Assim, a memória discursiva implica o conceito de ideologia, pois o trabalho desta última é promover um efeito de ‘evidência’ que se sustenta pelos já-ditos, pelos sentidos já institucionalizados, tidos como naturais em um determinado momento sócio-histórico. Observamos que, para alguns sentidos serem oficializados, outros sentidos outros precisam ser silenciados, apagados e instituídos como silêncio (ORLANDI, 1997). É o interdiscurso aquilo que fala anteriormente, em outro local, independente, é neste saber discursivo que todo dizer torna-se possível (ORLANDI, 2006: 31). Isso significa que nosso dizer constantemente não se constitui de palavras e formas de dizer originalmente surgidas no momento da enunciação, mas sim constituem-se a partir de arranjos e deslocamentos de palavras e significados já dados na ordem da língua.

Desse modo, para que nossas palavras façam sentido, é preciso que elas já tenham sido ditas e reditas em outros contextos sócio-históricos em uma espiral da qual não se tem o início nem o fim e, dessa forma, a qual não se pode classificar, ordenar, sistematizar e alocar com precisão. Pode-se rastrear as relações entre os significantes e os contextos das condições de produção do sentido, pode-se mapear os deslocamentos de sentidos percorridos por zonas dessa memória, buscando interpretar a língua em funcionamento e tatear o quanto se tem a ilusão de poder. (PACÍFICO, ROMÃO, 2006: 7)

Assim, estamos em um lugar teórico em que a memória não é plena nem fechada, tampouco o dizer pode ser completo ou homogênea, caso contrário, estaríamos fadados a repetições infundáveis de palavras iguais inscrevendo sentidos que sempre seriam os

mesmos (LAMPOGLIA, ROMÃO, 2008). Mas, como memória, sujeito e sentido são heterogeneamente constituídos, a cada nova inscrição na língua intervém a história, o que faz falar o outro, o diferente, o singular, isto é, o impossível de controlar. Assim, a memória discursiva é heterogênea e lacunarmente repleta de ambigüidades, furos e conflitos, o que marca o jogo basculante da estrutura e/ou acontecimento.

a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupções, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. (PÊCHEUX, 1999: 52)

O ‘acontecimento’ discursivo se expressa como sendo um ponto de incidência de atualidade de e com a memória discursiva; de um lado, ele nos remete a algo acidental, particular, imprevisível, rompendo assim com a estabilidade presente na imposição imaginária de uma estrutura fechada, que por sua vez é o que dá a condição para a emergência do novo. Em outras palavras, queremos dizer que, nos atos de linguagem, o “sentido” dá-se na relação com outros contextos, com diferentes sentidos fixados anteriormente. Foucault (1971) refere-se à memória discursiva como sendo a “voz sem nome”, fazendo uma referencia a presença de uma voz que, na maioria das vezes, encontra-se difusa e dispersa.

No discurso que hoje eu devo fazer, e nos que aqui terei de fazer, durante anos talvez, gostaria de neles poder entrar sem se dar por isso. Em vez de tomar a palavra, gostaria de estar à sua mercê e de ser levado muito para lá de todo o começo possível. Preferiria dar-me conta de que, no momento de falar, uma voz sem nome me precedia desde há muito: bastar-me-ia assim deixá-la ir, prosseguir a frase, alojar-me, sem que ninguém se apercebesse, nos seus interstícios, como se ela me tivesse acenado, ao manter-se, um instante, em suspenso. Assim não haveria começo; e em vez de ser aquele de onde o discurso sai, estaria antes no acaso do seu curso, uma pequena lacuna, o ponto do seu desaparecimento possível. (FOUCAULT, *op. cit.*: 5-6)

Essa voz sem nome é o domínio de memória, retomando “uma camada espessa de citações e de retornos ao interior de estratos discursivos que se interpõem entre a irregularidade do texto primeiro e o texto que o cita”, dessa forma, essas formulações seguem um caminho que a “transformam, truncam-se, escondem-se para reaparecerem mais adiante, atenuam-se ou desaparecem, misturando, inextricavelmente, memória e esquecimento” (COURTINE, 1999 *apud* GREGOLIN, BARONAS (org.), 2003: 55). E se

estamos na esfera dos discursos, é preciso considerar esse permanente movimento de dizer para retomar e retomar para romper, de “esquecer” as redes de filiação dos sentidos para poder inscrever-se na linguagem e fazer-se lembrança de novo.

Dessa forma, propomos observar a presença da memória discursiva em algumas manchetes selecionadas, que tratam das “comemorações” dos doze anos do massacre de Eldorado de Carajás, tragédia que ocorreu em abril de 1996, no interior do estado do Pará. Tal acontecimento foi amplamente divulgado nas mídias impressa, televisiva e eletrônica, e recebeu diferentes nomeações, tais com o *massacre*, *incidente choque*, *briga*, *conflito*, *confronto*, *barbárie*, para relatar o modo como policiais militares mataram 19 trabalhadores rurais sem-terra e deixaram centenas de feridos quando da tarefa de desapropriação de uma fazenda do governador, na época Almir Gabriel. Consideramos que efeitos de já-ditos retornam atualizados nas marcas lingüísticas acima, fazendo falar diferentes modos de retomada da memória discursiva e reclamando a compreensão de que uma palavra significa a partir de outras.

Um exemplo interessante para nossa análise é a manchete publicada pelo site Globo.com, em 17 de abril de 2008, intitulada “Abril Vermelho – Manifestantes invadem ferrovia da Vale em Carajás”. Poderíamos analisá-la segundo seu conteúdo, a cronologia que ela dá a conhecer, a estrutura sintática ou então as palavras-chaves que poderiam garantir o armazenamento dessa manchete; mas como queremos enfatizar o modo discursivo de compreender a memória, marcamos que a marca “Abril Vermelho” – retoma o fato que aconteceu há doze anos atrás, no mês de abril, e que tal tragédia resultou em algo negativo, sangrento, cruel, violentamente retomado pela cor vermelha. Nesse contexto, ao marcar o mês e a cor, retornam e são reativados certos sentidos sobre a luta dos sem-terra pela justiça, sobre a falta de atenção dos governantes em relação a esse caso, sobre a crueldade por parte da força militar, enfim, sobre o sentido de impunidade, muito recorrente na história de nosso país. No total, 155 pessoas foram consideradas culpadas por tal acontecimento, porém, somente dois (o major e o coronel que lideravam a operação) foram julgados culpados (um com mais de 150 anos e outro com 200 anos de prisão), mas pela vigência de recursos ainda permanecem em liberdade. Os demais 153 foram considerados inocentes e, diga-se de passagem, não há precisão para que um novo julgamento seja realizado. Logo, esse fato tornou-se um símbolo de impunidade no Brasil, por isso, o termo “abril vermelho” reclama a leitura para além do dito, rememorando sentidos já postos em funcionamento por outras redes de memória.

Outra manchete que dialoga com a anterior é “*Após 8 horas, sem-terra deixam ferrovia de Carajás no Pará – Protestos fazem parte do 'Abril Vermelho', que quer lembrar morte de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás*”, publicada pelo jornal O Estado de São Paulo online em 17 de abril de 2008. Essa formulação faz a mesma referência ao massacre e, como na manchete anterior, inscreve a marca lingüística “*abril Vermelho*”, que é reforçada por querer “*lembrar morte de 19 sem-terra em Eldorados dos Carajás*”. Na manchete “*Massacre de sem-terra faz 12 anos e reclamações de assentados não mudam*”, publicada pela Folha de São Paulo online (17 de abril de 2008), nos faz interpretar o dizer sobre o massacre como um ato diretamente agressor e violento em relação aos sem-terra. E esse massacre é apresentado como sendo algo não concluído, uma vez que tal ação “*faz 12 anos*” e é reforçado pelo segundo período da oração – “*reclamações de assentados não mudam*”, ou seja, durante todos esses anos, os “*assentados*” ainda não conquistaram o que causou tal manifestação que resultou no massacre.

6. Considerações finais

Ao longo desse trabalho de cunho teórico, apresentamos diversas concepções e designações para o significante memória em diferentes campos de estudos. Através dessa pesquisa foi possível compreender a riqueza na noção de memória discursiva e sua relação com a historicidade, com a inscrição histórica dos sentidos e com a injunção ideológica da atualização do já-lá deslocam sentidos já ditos sobre esse significante. Observamos o retorno da memória discursiva nos atos de linguagem, ou melhor, nas manchetes de jornais online de grande circulação nacional, que relataram as manifestações em todo o país sobre as “comemorações” dos doze anos da tragédia do massacre de Eldorado de Carajás. Definida como matéria fundante, como saber discursivo, como condição do legível, a noção de memória discursiva instala uma entrada teórica rica para observar os dizeres, os documentos e os atos de linguagem.

7. Referências bibliográficas

ALONSO, Marta Dolabela Lima. Descarte. **Revista Biblioteconomia**, Brasília, v. 16, n. 2, pp. 191-206, jul./dez. 1988.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Ed. Hucitec. 8ª edição, 1997.

BARACUHY, Regina. Memória e identidade social em imagens da culinária nordestina. **III Seminário de estudos em análise do discurso**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<www.discurso.ufrgs.br/sead/programacao.html#simposio3>>. Acesso: 31 jul. 2008.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991. pp. 183-189.

BLOM, Phipipp. **Ter e manter**. (Tradução: Berilo Vargas) Rio de Janeiro: Record, 2003.

BUCKLAND, M. Information as thing (or as process or as knowledge). **Journal of the American Society for Information Science**, 1991. Disponível em: <<<http://www.sims.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>>. Acesso: 28 fev. de 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Editora Ática. 1997. 8ª edição.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora Imprensa Oficial do Estado, 1998.

DRAAISMA, Douwe. **Metáforas da memória** – uma história das idéias sobre a mente (Tradução: Jussara Simões). Bauru: EDUSC, 2005.

FERREIRA, Lucia M. A. Interdiscurso e memória: nas tramas dos discursos sobre a mulher. **III Seminário de estudos em análise do discurso**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<www.discurso.ufrgs.br/sead/programacao.html#simposio3>>. Acesso: 31 jul. 2008.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o *global* e o *local*. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 35, n. 2, p.58-67, maio/ago. 2006.

FERRAREZI, Ludmila; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Arquivo, documento e memória na concepção discursiva. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 24, p. 152-171, 2º sem. 2007. Disponível em: <<http://www.encontrosbibli.ufsc.br/Edicao_24/ferrarezi.pdf>>. Acesso: 19 maio 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Paris : Éditions Gallimard, 1971. Tradução de Edmundo Cordeiro.

GLOSSÁRIO GERAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Disponível em: <<<http://www.cid.unb.br/publico/setores/100/123/sistema/m0039015.htm>>>. Acesso: 9 de abril de 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (org.) **Análise do discurso**: as materialidades do sentido. 2ª edição. São Carlos: Editora Claraluz, 2003.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 25, n. 2, p.1-13, 1995.

LAMPOGLIA, Francis; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Na cela: considerações sobre sentidos inscritos em cartuns de Angeli. (aceito pela Revista Galáxia, a sair), 2008.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Recensão. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 32, n. 2, p.136-137, maio/ago. 2003.

LUCAS, Clarinda. Discurso científico e discurso jornalístico: uma análise discursiva de seu funcionamento. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.13, n.2, 2003. Disponível em: <<<http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewPDFInterstitial/98/1568>>>.

Acesso: 25 de maio de 2008.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

MOREIRO, Silvana; CARELLI, Ana; PICKLER, Maria Elisa. Representação da memória no ciberespaço. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 35, n. 3, p. 115-123, set./dez. 2006.

NEPOMUCENO, Eric. **O massacre – Eldorado do Carajás: uma história de impunidade**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. A memória e o arquivo produzindo sentidos sobre a trajetória da mulher. **Em questão**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p.73-90, jan./jul. 2006. Disponível em: <<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/viewFile/24/9>>>. Acesso: 19 maio 2008.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: P. Achard (org.). **Gestos de leitura** (Tradução: Bethânia Mariani et. al.). Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si ou... **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, p. 35-42, 1998.

SILVA, Carla Letuza Moreira e. Memória, atualidade e possibilidade: a polêmica do discurso do referendo das armas na mídia impressa. **III Seminário de estudos em análise do discurso**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<www.discurso.ufrgs.br/sead/programacao.html#simposio3>>. Acesso: 31 jul. 2008.

SILVA, Rubens. Acervos fotográficos públicos: uma introdução sobre digitalização no contexto político da disseminação de conteúdos. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 35, n. 3, p. 194-200, set./dez. 2006.

SPENDE, Jonathan. **O Palácio da memória de Matteo Ricce** – a história de uma viagem: da Europa da contra-reforma à China da dinastia Ming. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. Tradução de Denise Bottmann.